

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Fábio Kessler Dal Soglio





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Delani

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Jurandir Malerba

Luís Frederico Pinheiro Dick

Mônica Zielinsky

Otávio Bianchi

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Delani, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Metodologias participativas e sistematização de experiências em Agroecologia

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Fábio Kessler Dal Soglio



5

Desenho de processos participativos

Alberto Bracagioli Neto

Os métodos participativos, como visto, se estabelecem ao longo de uma trajetória de construção teórica e empírica (Chambers, 1994), mas o desenho dos mesmos não consiste num conjunto de etapas rígidas e mecânicas. Esses aspectos trazem algumas dificuldades para os usuários menos experientes que, por vezes, aplicam de forma errônea, gerando mais dificuldades do que soluções. Como consequência, passam a considerar que os métodos são ineficientes ou imprecisos. Muitas vezes é a forma de uso e aplicação que provoca resultados duvidosos, e não o método em si. Vale aqui o ditado popular que considera os métodos participativos como uma “faca de dois gumes”.

Procurando elucidar esse desafio, apresentamos aqui um conjunto de aspectos que podem ser considerados ao desenharmos um processo participativo. Conforme o mapa mental na Figura 1, consideramos que esse processo é constituído de seis momentos, a saber:

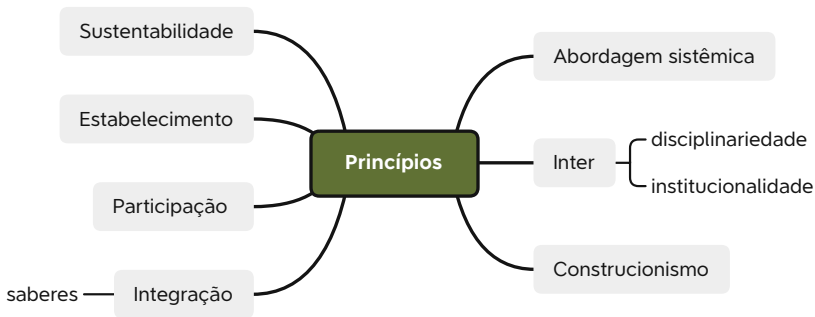
Figura 1 - Mapa mental com os componentes do desenho de processos participativos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nessa estrutura, iremos descrever no sentido horário quais são os elementos que compõem cada um desses passos (Figura 2). Mesmo existindo um ordenamento, é importante destacar que existem dimensões transversais que percorrem essas fases.

Figura 2 - Mapa mental dos princípios dos processos participativos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

PRINCÍPIOS

A trajetória dos métodos participativos traz uma série de conceitos que integram o seu uso; no uso cotidiano, porém, nem sempre eles são devidamente considerados. As lógicas lineares de aplicação e resultado não são coerentes para processos sistêmicos onde existe interação de diversas variáveis no curso de uma ação (Garcia Filho, 1999). O enfoque sistêmico deve servir como suporte metodológico para compreender as interações e as dimensões existentes, e não como redutor das dimensões humanas e não humanas que interagem sobre o rural (Almeida, 2003). Assim, é necessário pensar o real como um todo e não redutível, arbitrariamente, em partes menores. É necessário apreender o real na sua unicidade e multiplicidade, pensando o imprevisível, o circular e o recursivo que escapa das lógicas lineares e da determinação causal (Morin; Matos, 2007).

Os desafios da abordagem sistêmica e da complexidade do real necessitam de ações de caráter interdisciplinar, onde os saberes disciplinares possam dialogar na construção de uma fusão de horizontes entre as fronteiras disciplinares. A interdisciplinaridade é a busca de integração de saberes, a busca de uma nova epistemologia que rompa com a excessiva especialização disciplinar e promova um alargamento do conceito de ciência (Sa, 1987). Na mesma perspectiva, é necessária uma integração institucional (interinstitucionalidade), fazendo com que as ações e as problemáticas observadas possam compor um plano de ação compartilhado entre os diversos atores.

A contribuição do construcionismo também é importante de ser destacada, tendo-se em vista que essa perspectiva valoriza as ações enquanto operações do sujeito cognoscente, se opondo ao processo de transmissão de conhecimentos. Nessa perspectiva, o importante é compreender a forma de aprendizado e a aprendizagem como/na prática (Lave, 2015).

A participação dos atores também não deve ser apenas de caráter instrumental, voltado apenas à coleta de dados e informações, mas sim uma participação efetiva e transformativa, visando o empoderamento dos atores locais (Gonsalves *et al.*, 2006). Dessa forma, a participação estará alinhada com a construção de processos sociais e com a constituição de uma consciência crítica, gerando e mantendo relações com maior simetria e construindo processos sinérgicos.

Por fim, é premente que entre os princípios esteja presente a natureza multidimensional da sustentabilidade, envolvendo as dimensões social, ética, jurídico-política, econômica e ambiental (Freitas, 2011).

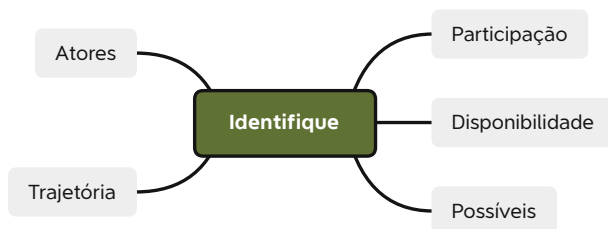
Esse conjunto de princípios é necessário para que as ações preconizadas não se resumam apenas a uma concepção mecânica, linear e limitada das potencialidades que podem ser alcançadas com o uso desses métodos.

IDENTIFICAÇÃO

Consideramos adequado que sejam desenvolvidas algumas atividades de identificação antes do início do trabalho efetivo (Figura 3). Inicialmente, existe necessidade de sabermos qual é a participação mais adequada a ser implementada no início do processo. Essa decisão deve estar baseada na trajetória organizativa do grupo. Algumas comunidades apresentam diversas formas de organização, sejam cooperativas, associações, representação de organizações sindicais ou movimentos de lutas reivindicatórias, podendo facilitar o desenvolvimento de atividades de caráter participativo. Por outro lado, alguns locais têm precariedade de transporte, aspectos culturais e religiosos que impedem ou limitam a participação. Entre as minhas experiências, houve uma situação na qual foi necessária, antes do início do processo, obter a licença do pastor de uma Igreja que orientava seus fiéis a não participar de reuniões com agentes externos. Também é importante observar alguns traços culturais que fazem com que determinados grupos étnicos criem estratégias para reprodução do seu modo de vida. Por exemplo, o silêncio é tido como negativo e inoportuno, porém a autoexclusão ou o silenciamento podem ter um significado de estratégia de resistência, visto que ele implica uma duplicidade antropológica (Maffesoli, 1997),

indicando que, para sobreviver, deve-se avançar mascarado e não se desvelar de nada para ninguém, mantendo-se assim a reprodução de um determinado modo de vida (Bracagioli Neto, 2014).

Figura 3 - Mapa mental dos componentes da identificação dos processos participativos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A matriz apresentada no Quadro 1 permite uma avaliação dos diferentes momentos de um processo participativo e as fases e formas de participação que poderão ser desenvolvidas. Esse instrumento não deve ser visto de forma estática, mas sim dentro da dinâmica a ser desenvolvida, em que os atores poderão se apropriar de forma gradativa (ou não) dos momentos do processo de intervenção a ser desenvolvido.

O segundo ramo da identificação diz respeito aos recursos disponíveis para desenvolver as ações planejadas. Inicialmente, é necessário avaliar a equipe de trabalho, suas formações disciplinares, a trajetória e as capacidades adquiridas. Caso haja uma concentração de profissionais em determinadas áreas, é necessário pensar como serão aportadas outras perspectivas e saberes. Por exemplo, caso o grupo seja formado por profissionais das ciências agrárias, deve-se estabelecer uma estratégia para incorporar profissionais ou perspectivas de áreas com-

plementares. Por vezes, os Conselhos Municipais (Saúde, Assistência Social, entre outros), estando em pleno funcionamento, podem fornecer informações valiosas para as ações a serem desenvolvidas.

Quadro 1 - Exemplo de matriz para avaliação da participação adequada.

	Não participa	Compartilhar informações	Escuta e diálogo	Direito de veto	Decisão conjunta	Tomada de decisão, técnico assessora
Diagnóstico de situação						
Definição de prioridade						
Planejamento de ação						
Execução da ação						
Assessoramento						
Monitoramento e avaliação						

Fonte: Elaborado pelo autor.

O tempo disponível para as atividades também deve ser avaliado. Algumas ações, como no caso das chamadas públicas, tem um cronograma de execução das atividades e descreve o uso de métodos participativos de intervenção. Algumas ações também tendem a ser morosas, tendo em vista o acesso e a precariedade de transporte entre localidades. No caso da Amazônia, existem comunidades que só têm acesso por meio de transporte fluvial, sendo que o tempo de deslocamento irá depender da maré do rio (vazante ou cheia) e do tipo de embarcação. O calendário sazonal dos agricultores também é fundamental no planejamento das atividades: existem meses, como os de colheita, que a organização de reuniões ou atividades comunitárias têm pouca ou nenhuma participação.

Aliada à questão de tempo, existe a (in)disponibilidade de recursos financeiros para realização das atividades. Uma das críticas feita aos métodos participativos é que eles são morosos e caros. Porém, o contra-argumento é que esses métodos geram velocidades compensatórias e se pagam ao longo do tempo, pois as ações planejadas são apropriadas pelos atores locais de forma mais rápida. A duração das atividades que serão planejadas tem relação também com aspectos culturais: determinadas etnias não têm por hábito demorar-se por muito tempo nas atividades, necessitando que o tempo dessas atividades seja mais curto.

Nesse momento de identificação, também é necessário ver os possíveis problemas existentes. Mesmo em se tratando de informações preliminares, elas auxiliam na prospecção de cenários a serem enfrentados. Algumas atividades de extensão rural, com métodos participativos, encontraram dificuldades de operacionalização das suas ações. Isso ocorre pelo fato de que os problemas prioritários são de áreas onde os agentes de extensão rural têm baixa governabilidade, como no caso de construção de estradas, fornecimento de energia elétrica, entre outros. Nesses casos, é ideal que haja uma equipe interinstitucional que possa participar e dar encaminhamento das demandas, possibilitando que os resultados obtidos sejam legitimados e gerem ações conjuntas e comprometidas entre os diferentes órgãos ou instituições.

Elementos relevantes da história e dos atores também precisam ser identificados. Por vezes, o projeto tem como objetivo realizar uma ação ou atividade que, em algum momento do passado, levou uma experiência traumática para a comunidade. Certa vez, fui convidado a organizar uma atividade com um grupo de agricultores, sendo que o objetivo deles

era criar uma associação para estabelecer uma feira semanal de produtos ecológicos num município. Apesar do entusiasmo dos precursores e de diversas reuniões, observou-se a resistência de alguns membros quanto à formação da associação. Na utilização da ferramenta chamada de “linha de tempo”, que tem o objetivo de resgatar a história em suas diversas dimensões, foi lembrado o fato de que houve uma cooperativa na localidade para produção de cânhamo,¹ e que o presidente da mesma roubou os associados e fugiu. Esse fato, mesmo tendo ocorrido há muitas décadas, marcou a memória de alguns agricultores, que passaram a associar cooperativas e associações com organizações onde os mais “espertos” se aproveitam e enganam os outros.

ANÁLISE

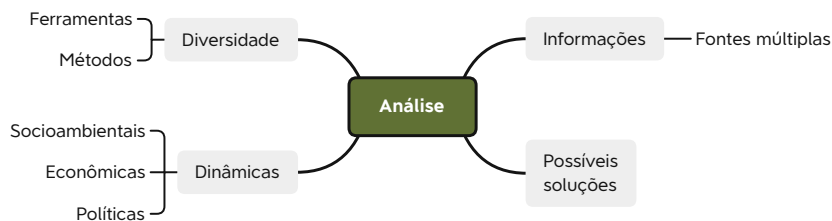
Com os dados coletados anteriormente, é possível iniciarmos a análise das informações (Figura 4), verificando se há fontes múltiplas sobre os aspectos existentes (lembrando que todo ponto de vista é à vista de um ponto). A convergência de informações traz maior confiança no diagnóstico e na abrangência do mesmo.

Da mesma forma que percebemos a problemática existente, passamos a pensar em cenários de soluções. Deve-se lembrar que determinadas ações envolvem políticas de diferentes níveis de governabilidade e horizontes de tempo. Assim, ações que envolvem a criação de políti-

1 O cânhamo (*Cannabis ruderalis*) era intensamente cultivado para utilização das suas fibras na fabricação de cordas e amarras de navio; porém, com o advento das fibras sintéticas, houve diminuição do uso.

cas ou mudanças de legislação federal têm sua gestação lenta, como no caso de exigências sanitárias em instalações de agroindústrias da agricultura familiar.

Figura 4 - Mapa mental dos componentes da análise.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise deve ter a capacidade de não analisar apenas os dados atuais, mas sim a dinâmica econômica, socioambiental e política. Atividades agrícolas têm ciclos sazonais que nem sempre coincidem com ciclos orçamentários de liberação de recursos. Projetos públicos podem ser afetados por mudanças eleitorais e, mesmo aprovados, podem não ter a liberação dos recursos.

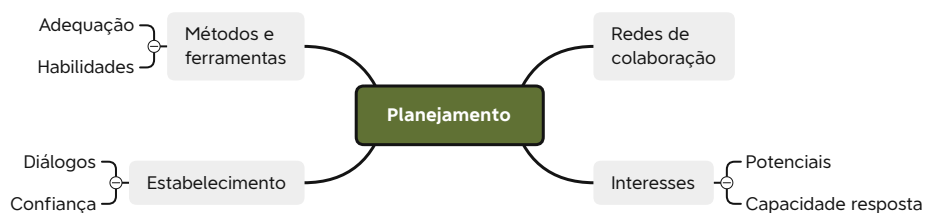
PLANEJAMENTO

A partir de uma adequada identificação e análise dos dados, podemos fazer o planejamento das ações que serão desenvolvidas (Figura 5). O grau de abrangência temática e complexidade a ser enfrentado pode requerer a construção de uma rede de parcerias e colaboração. Existe uma expertise específica para a construção de parcerias, tendo em vista

que cada organização e atores públicos têm suas lógicas e estratégias de ação e, por vezes, têm dificuldade para estabelecer pontes. O grau de clareza na elaboração de uma proposta e na construção de consensos possíveis é de fundamental importância. Um elemento de natureza teórica que pode auxiliar o estabelecimento de acordos são as ações linguísticas, chamadas por Echeverría (1998) de promessas, petições e ofertas, que permitem coordenar ações e a constituição de uma promessa.

No processo de planejamento, também podem ser desenvolvidos diálogos preliminares, possibilitando conhecer percepções e, principalmente, estabelecer vínculos de confiança. As relações de confiança estabelecidas entre pessoas e organizações são processos extremamente complexos e delicados. Estudos demonstram que ambientes confiáveis são relevantes para diminuir as incertezas, facilitando as relações de trabalho e atividades econômicas (Coleman, 1994; Putnam, 2001; Putnam, 2005).

Figura 5 - Mapa mental do planejamento do desenho.



Fonte: Elaborado pelo autor.

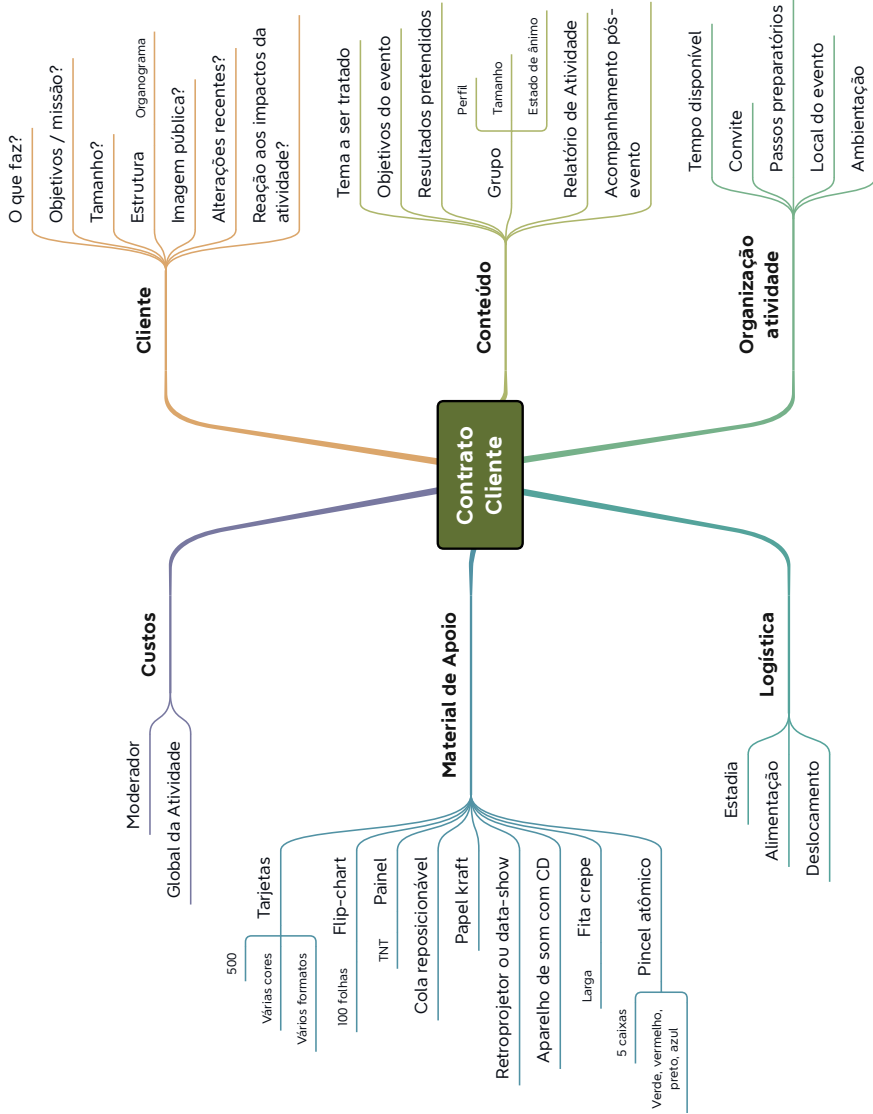
Em atividades de moderação de discussão grupal, pode-se utilizar o mapa mental da Figura 6. Ele está mais adequado para atividades que ocorrem sob a forma de contratação com organizações, mas alguns

itens podem ser utilizados para oficinas participativas em geral. O primeiro ramo (sentido horário) busca identificar quais são os objetivos organizacionais, a estrutura, a imagem pública, as alterações recentes e a reação aos impactos da atividade. No segundo ramo (conteúdo), também são observados alguns aspectos: tema, objetivos, resultados e o estado de ânimo do grupo, entre outros itens. Importante salientar que existe uma “energia” gerada pela interação do grupo, sendo que, no espaço de trabalho, numa oficina, a influência mútua pode gerar processos destrutivos ou construtivos.

Em certa oportunidade, moderei a oficina de um projeto que estava em eminência de terminar, e o clima dos participantes era negativo e desesperançoso. Diante da situação, o trabalho foi iniciado com a atividade de “linha de tempo”, buscando resgatar os êxitos que o projeto obteve, melhorando o ânimo do grupo. Posteriormente, com a lembrança resgatada dos êxitos, foi possível trabalhar outros aspectos mais difíceis. A compreensão dessas características exige o conhecimento do processo grupal e alguns fundamentos desenvolvidos por Rivière (2005).

Por fim, os passos anteriores são necessários para que as ações desenvolvidas possam ter resultados construtivos. A realização de processos participativos, como visto, não se resume na aplicação de uma série de técnicas de forma arbitrária, mas numa sequência de ferramentas que possam gerar aprendizagem, compreensão e entendimento, sendo que a escolha das mesmas irá depender do contexto como um todo.

Figura 6 - Checklist para Contrato de Trabalho.

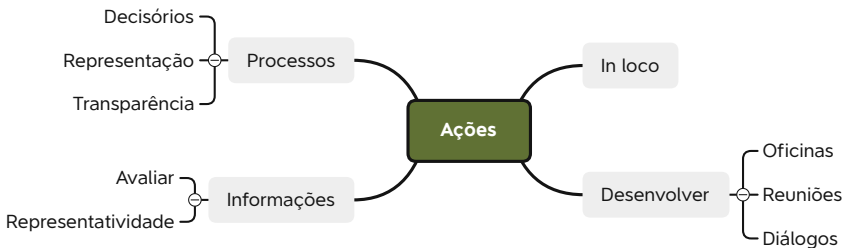


Fonte: Elaborado pelo autor.

AÇÕES

Um primeiro requisito dos métodos participativos é que as oficinas temáticas ocorram *in loco*, ou seja, na própria comunidade na qual estamos diagnosticando os problemas e soluções (Figura 7). O princípio é que na imersão local torna-se possível captar uma série de outras informações que dificilmente seriam percebidas em outros espaços. Essa tradição, oriunda da etnografia, busca conhecer os diversos aspectos do universo socioambiental dos grupos com os quais trabalhamos, sendo estes mais amplos e complexos do que o que é captado pelas ferramentas participativas. **No trabalho de Malinowski no Pacífico Ocidental (Figura 8)**, se tornou fundamental o diário de campo (Malinowski; Cardin, 1989) e os registros fotográficos feitos pelo antropólogo em seu trabalho (Malinowski 1976).

Figura 7 - Mapa mental das ações a serem desenvolvidas com os métodos participativos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O planejamento do trabalho de campo exige uma preparação prévia, tendo em vista que as condições locais e o material a ser utilizado devem ser devidamente planejados, procurando contornar os impre-

Figura 9 - Oficina realizada ao ar livre, próximo a Parintins (AM).



Fonte: Elaborado pelo autor.

vistos. Por exemplo, planejar uma atividade participativa em uma sala que tem apenas cadeiras fixas irá impedir a aproximação das pessoas para serem feitos grupos de trabalho. Em outras oportunidades, a comunidade não dispõe de uma estrutura adequada para reunir pessoas, necessitando que a reunião seja feita ao ar livre (Figura 9).

As ferramentas a serem utilizadas irão depender do objetivo pretendido e do estado de ânimo do grupo, conforme citamos anteriormente. O planejamento é fundamental, mas mais como arte do que como técnica: é necessário, por vezes, um improviso criativo, utilizando-se alguma ferramenta para explicar ou estudar um tema emergente. Numa oficina realizada em Rondônia, em 1997, pelo Programa de Apoio

às Iniciativas Comunitárias (PAIC), e coordenada por mim, foi solicitado por uma liderança indígena, que ainda não compreendia bem o português, que fosse feito um “painel de palavras novas”, de forma a se apropriarem de termos técnicos e palavras que não conheciam. Assim feito, sempre que surgia uma palavra nova ela era colocada, através de tarjetas, no painel; em determinado momento, era procurado um sinônimo ou uma tradução para a língua nativa.

Caso haja falta de informações sobre a realidade local e seus atores, torna-se fundamental a realização de uma reunião prévia na própria comunidade, buscando equacionar os pontos pendentes, os atores relevantes e seu posicionamento com relação à realização da oficina, bem como seu ponto de vista com relação à situação-problema. É necessário lembrar e perceber a heterogeneidade social em termos sociais, étnicos, de gênero e de geração, pois ela irá condicionar sua percepção de mundo (autopoiese) (Maturana; Garcia, 1997).

Com a análise dessa heterogeneidade, é possível avaliar as informações e ter uma ideia mais clara da sua representatividade. Uma situação comum é que, dentro de uma comunidade, existam prioridades diferentes entre grupos socialmente diferentes, sendo que atender a demanda de um grupo pode ser prejudicial para outro grupo. Em uma oficina do PAIC voltada para pescadores, por exemplo, houve inicialmente uma demanda para que fossem investidos os recursos do projeto numa câmara fria para armazenamento do pescado. Com a utilização das ferramentas participativas, foi observada a heterogeneidade socioeconômica dos

pescadores, e que esse investimento beneficiaria apenas pescadores com boa infraestrutura de captura do pescado; para os que tinham embarcações precárias e pouco equipamento de pesca, poderia não haver nenhum benefício, agravando-se as disparidades existentes. Por fim, a solução “vencer-vencer” era a de destinar os recursos para uma câmara fria pequena e o restante do recurso para aquisição de equipamento e embarcação para os atores mais descapitalizados.

Nas ações, é preciso ter clareza de como será o processo decisório. Se o grupo participante da oficina é representativo da heterogeneidade, o voto pode ser bom um critério; porém, em outros casos, deve-se utilizar outros métodos que não levem para armadilhas de decisão (Hammond; Keeney; Raiffa, 2001). Uma ferramenta que se pode utilizar, nesse caso, é a matriz de avaliação de soluções, conforme descrito abaixo, no Quadro 2.

Quadro 2 - Matriz de avaliação de soluções.

Matriz de Avaliação de Soluções						
Solução potencial	Impacto	Viabilidade	Aceitação	Tempo	Custo	TOTAL
Peso	X1	X1	X1	X2	X-2	
Compra câmara fria (2800 l)	1	1	1	1(2)	1(-3)	2
Compra câmara fria (1450 l) e equipamento pesca	2	2	2	1(2)	1(-2)	6
Compra câmara fria (1800 l) e equipamento pesca	3	3	3	1(2)	1(-1)	10

Fonte: Elaborado pelo autor.

A utilização dessa matriz envolve estabelecer na coluna esquerda todas as possíveis soluções. No cabeçalho, são estabelecidos os critérios para avaliar a situação (impacto, viabilidade etc.), sendo acima listados apenas exemplos hipotéticos, podendo ser outros, conforme o tema em foco e as prioridades estabelecidas pelos atores. Para cada critério, pode haver um peso numérico diferente, indicando qual a importância de cada um dos fatores, sendo: um para pequena importância; dois para importância média; três para alta importância. É importante salientar que o custo tem valor negativo entre os pesos considerados. Por fim, na coluna vertical direita é colocado o somatório, e o maior resultado indica a solução mais viável.

As ferramentas podem facilitar a visualização das respostas potenciais, mas é importante que o processo decisório tenha procedimentos claros de decisão e critérios legítimos de transparência. A decisão de um projeto pode ocorrer através de representantes, mas pode também ser uma eleição direta envolvendo todos os atores impactados pela decisão. A escolha do processo decisório envolve o grau de amadurecimento político e organizativo do grupo, assim como o número de atores envolvidos.

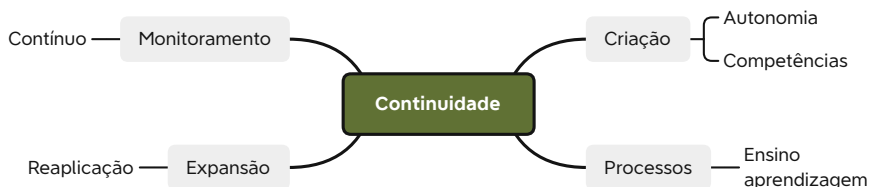
Como exemplo, durante um trabalho desenvolvido em um assentamento de reforma agrária, foi constatado que grande parte das mulheres trabalhava fora da área, tendo em vista sua localização próxima a uma grande metrópole e as dificuldades produtivas e de infraestrutura do assentamento. Devido à perspectiva inclusiva do projeto, em termos de geração de renda e gênero, concluiu-se que o único horário disponível para se promover uma reunião com as mulheres era domingo após a missa. Assim sendo, realizou-se uma oficina com elas, estabelecendo-se um diálogo e a eleição/priorização dos itens que consideravam mais importantes.

As ações desenvolvidas com métodos participativos devem ser planejadas considerando-se todos os aspectos destacados, avaliando-se sempre a importância e a representatividade das informações obtidas. Quanto maior a heterogeneidade de um grupo, maior a necessidade de envolver as pessoas, abarcando toda a diversidade de gênero, geracional e étnica.

CONTINUIDADE

Após a realização das atividades planejadas, é fundamental garantir que o processo tenha continuidade. Para que isso ocorra, existem alguns critérios (Figura 10). Inicialmente, é necessário pensar no processo de autonomia, desenvolvendo novas competências. As competências envolvem o desenvolvimento do conhecimento, habilidades e atitudes, e esse processo tem um tempo próprio de maturação, que deve ser previamente estabelecido. Alguns sistemas de planejamento, monitoramento e avaliação de projetos têm focado nas mudanças comportamentais dos atores do projeto (Earl; Carden; Smutylo, 2001), pois, quando isso ocorre, as ações preconizadas terão continuidade; caso contrário, ao final do financiamento, as atividades serão abandonadas.

Figura 10 - Mapa mental dos elementos necessários para continuidade das ações.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o desenvolvimento de competências, é necessário que também exista um processo de ensino e aprendizagem baseado nos princípios da andragogia, ou seja, na pedagogia da educação de adultos (Deaquino, 2008), com relações simétricas de aprendizagem, troca de experiências e dialogicidade. Quando as atividades estiverem consolidadas, é necessário também pensar na reaplicação das práticas desenvolvidas. Processos sociais não são replicados, mas sim reaplicados, pois envolvem novos contextos e atores, podendo, assim, necessitar de um redesenho das atividades desenvolvidas (Dagnino, 2012). Por fim, é preciso que ocorra um processo de gestão no sentido amplo, envolvendo os conhecimentos, a administração, o patrimônio e um sistema de monitoramento e aprendizagem que possa desenvolver processos contínuos de aprendizagem grupal.

Algumas pessoas, críticas aos processos participativos, consideram que os processos centralizados e *top-down* podem ser mais rápidos e efetivos; porém, na prática, é possível verificar que muito frequentemente não geram projetos duráveis com autonomia e gradativo crescimento. As metodologias participativas, por outro lado, por partirem da percepção e da iniciativa dos atores locais, geram ao longo do tempo velocidades compensatórias e autonomia, promovendo desenvolvimento a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos “redutores” de um pretensão paradigma “holístico”. *Redes*, v. 8, n. 1, p.01-18, 2003.
- BRACAGIOLI NETO, A. Métodos participativos na extensão rural: processos e práticas. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHENEIDER, S. (org.). *Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 281-312.
- CHAMBERS, R. The origins and practice of participatory rural appraisal. *World Development*, Amsterdam, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.
- COLEMAN, J. S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Belknap Press of Harvard University, 1994.
- DAGNINO, R. *Tecnologia social e economia solidária: construindo pontes*. Campinas: Gapi, 2012.
- DEAQUINO, C. T. E. *Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
- EARL, S.; CARDEN, F.; SMUTYLO, T. *Outcome mapping: building learning and reflection into development programs*. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.
- ECHEVERRÍA, R. *Ontologia del lenguaje*. 5. ed. Santiago: Dolmen Ediciones, 1998.
- FREITAS, J. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- GARCIA FILHO, D. P. *Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico*. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.
- GONSALVES, J. et al. *Investigación y desarrollo participativo para la agricultura y el manejo sostenible de recursos naturales: libro de consulta. Volumen 1: comprendiendo investigación y desarrollo participativo*. Ottawa: IDRC, 2006.
- HAMMOND, J. S.; KEENEY, R. L.; RAIFFA, H. As armadilhas ocultas na tomada de decisão. In: *Tomada de decisão*. Série Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 130-140.
- LAVE, J. Aprendizagem como/na prática. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, p. 37-47, 2015.

MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MALINOWSKI, B. *Os argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALINOWSKI, B.; CARDÍN, A. *Diário de campo em Melanésia*. Madrid: Júcar, 1989. Disponível em: https://monoskop.org/images/c/c1/Malinowski_Bronislaw_Diario_de_Campo_en_Melanesia.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

MATURANA, H. R.; GARCIA, F. J. V. *De máquinas e seres vivos: autopoiese, a organização do vivo*. Porto Alegre: Artes médicas, 1997.

MORIN, E.; MATOS, D. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PUTNAM, R. D. *Bowling alone*. New York: Simon & Schuster, 2001.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RIVIÈRE, E. P. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTOS, B. D. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1987.